

PEDAGOGIA DO CONSTRANGIMENTO

PEDAGOGY OF EMBARRASSMENT

Ângela Patrícia Deiró Damasceno¹

Resumo: O presente trabalho analisa a proposta conceitual da “Pedagogia do Constrangimento”, investigando como as práticas educativas contemporâneas transcendem o ambiente escolar formal para atuar como mecanismos de controle social, opressão e submissão política. O objetivo do estudo é refletir sobre como o Estado articula uma estrutura verticalizada de poder que delega à esfera privada e familiar a responsabilidade pela manutenção da ordem pública através de uma moralidade coercitiva, convertendo o ato de educar naquilo que Paulo Freire classificou como “educação bancária”. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, fundamentada no diálogo teórico entre Libâneo, Paulo Freire, Michel Foucault, Hannah Arendt e autores da virada decolonial. Os resultados apontam que a gênese da coação reside no ambiente doméstico sob a égide da lógica patriarcal, simbolizada pelo “olhar intimidante”, que prepara o indivíduo para a submissão perante as autoridades públicas. Ao transbordar para o espaço coletivo, a sociedade passa a operar utilizando a vigilância constante e a exposição pública do fracasso individual para garantir a docilização dos corpos e a manutenção do status quo. Conclui-se que a superação dessa herança colonial e autoritária exige a redefinição do papel do Estado e a desconstrução do constrangimento como método educativo, substituindo a cultura da punição por uma pedagogia libertadora pautada no diálogo, na alteridade e na construção de sujeitos autônomos.

Palavras-chave: Educação. Repressão. Controle Social. Colonialidade.

¹ Cientista Social, Doutora em Sociologia, pesquisadora do programa de pós-graduação em Governança e Políticas Públicas (PPGGPP/ Unilab - Campus Malês)

Abstract: This paper analyzes the conceptual proposal of the "Pedagogy of Coercion," investigating how contemporary educational practices transcend the formal school environment to act as mechanisms of social control, oppression, and political submission. The study aims to reflect on how the State articulates a vertical power structure that delegates to the private and family sphere the responsibility for maintaining public order through a coercive morality, converting the act of educating into what Paulo Freire classified as "banking education." Methodologically, the research is characterized as a qualitative literature review, grounded in the theoretical dialogue between Libâneo, Paulo Freire, Michel Foucault, Hannah Arendt, and authors of the decolonial turn. The results indicate that the genesis of coercion resides in the domestic environment under the aegis of patriarchal logic, symbolized by the "intimidating gaze," which prepares the individual for submission to public authorities. When this spills over into the collective space, society begins to operate using constant surveillance and the public exposure of individual failure to ensure the docility of bodies and the maintenance of the status quo. It is concluded that overcoming this colonial and authoritarian legacy requires redefining the role of the State and deconstructing coercion as an educational method, replacing the culture of punishment with a liberating pedagogy based on dialogue, otherness, and the construction of autonomous subjects.

Keywords: Education. Repression. Social Control. Coloniality.

Introdução

Quando pensamos em educação, a primeira ideia que costuma surgir é a de um caminho para a emancipação e para o desenvolvimento da autonomia. No entanto, a história e as práticas cotidianas mostram que esse mesmo processo pode caminhar na direção oposta, servindo como ferramenta de controle e submissão política. Isso fica evidente quando as práticas de ensino extrapolam os limites físicos da escola e passam a se apoiar em uma moralidade rígida e em regras de conduta civil ditadas

pelo Estado. A proposta deste trabalho é discutir como a “Pedagogia do Constrangimento” funciona na prática, utilizando a opressão e a vigilância para esvaziar a participação popular e a cidadania ativa, afinal, esse modelo transforma o ensino naquilo que Paulo Freire (1968) chamou de “educação bancária”, onde o estudante vira um sujeito passivo que apenas acumula normas e conteúdos.

É impossível discutir essas amarras históricas sem encarar duas das feridas mais profundas da escola pública atual: o avanço da violência interna e os altos índices de evasão. Quando o ambiente escolar se afasta do acolhimento e passa a reproduzir o policiamento de condutas, a vulnerabilidade social dos estudantes deixa de ser acolhida e passa a ser criminalizada. O resultado desse processo é duplo. Se por um lado, as salas de aula convertem-se em arenas de microviolências diárias, onde o conflito é sufocado pela força ou pelo deboche, por outro lado, o estudante que não se enquadra nessa engrenagem de constrangimentos constantes acaba empurrado para fora do sistema. A evasão escolar, portanto, deixa de ser apenas um dado estatístico de abandono e passa a ser compreendida como um reflexo direto dessa exclusão planejada: o jovem prefere se retirar do espaço público a ter que suportar a aniquilação diária de sua subjetividade e de sua dignidade

Para construir essa reflexão, este texto faz uma revisão de literatura qualitativa, colocando em diálogo as ideias pedagógicas de José Carlos Libâneo e Paulo Freire, a análise sobre o poder de Michel Foucault, a filosofia política de Hannah Arendt e as críticas trazidas pelo pensamento decolonial latino-americano. É interessante notar como, nas conversas do dia a dia, muitas pessoas guardam uma memória afetuosa da infância, lembrando do tempo em que podiam brincar na rua sem as distrações tecnológicas de hoje. Todavia, no meio dessas mesmas lembranças, quase sempre aparecem os limites rígidos impostos pelas famílias, que extrapolam o cuidar respeitoso, ditando horários estritos, regras de comportamento e formas de se reagir não pautadas no diálogo. A célebre frase “minha mãe só olhava e eu já sabia o que fazer» costuma ser dita com orgulho, mas esconde um aprendizado baseado na obediência cega e no medo das consequências. A educação, nesse sentido, acaba sendo confundida com o controle dos corpos e comportamentos. Este exemplo também destaca a forte presença das mulheres da reprodução das regras de convívio social e do sistema ideológico

das estruturas sociais.

Essa dinâmica se apoia em raízes profundas. No Brasil, o sistema educacional nasceu colado ao processo de colonização. A pedagogia jesuítica e colonial funcionou como uma estratégia para consolidar o domínio europeu sobre os povos indígenas e os africanos escravizados, buscando apagar suas culturas e visões de mundo para impor os valores da metrópole. Como bem sintetiza Saviani (2013, p. 32), “o esforço de educação dos indígenas foi, antes de tudo, um effort de integração desses povos à cultura europeia, o que implicava a negação de suas próprias culturas e de sua própria humanidade”.

Esse modelo se sustentou pela catequização, pelo eurocentrismo cultural e pela exclusão social que privilegiava as elites. O problema é que, mesmo muito tempo após o fim do período colonial, essa mentalidade continua viva. É o que Aníbal Quijano (2005) conceitua como colonialidade do saber: uma herança que sobrevive nos currículos escolares atuais, que continuam dando prioridade a referências europeias e norte-americanas, deixando de lado a pluralidade histórica e cultural da população brasileira.

A estrutura do constrangimento e o papel do estado

A Pedagogia do Constrangimento se organiza por meio de ações políticas e sociais que moldam a criação dos indivíduos muito além da educação formal. O que acontece, basicamente, é que o Estado transfere para as famílias a obrigação quase total de dar uma formação moral aos filhos. Em troca, exige que esses sujeitos apresentem um comportamento cívico perfeito no espaço público. Trata-se de uma estrutura vertical. O poder público se impõe sobre a sociedade cruzando uma postura assistencialista com a autoridade patriarcal. Com isso, o controle social, que deveria ser um direito do povo para fiscalizar e participar das decisões do governo, vira uma arma do próprio governo para vigiar e reprimir a população.

Em vez de ajudar a construir um “coletivo educador”, o Estado usa o constrangimento, o

castigo e a vigilância como bases para manter as coisas como estão. Ao jogar para a vida privada a responsabilidade de manter a ordem por meio de uma moral de coerção, o governo esconde as razões políticas das desigualdades. Os problemas sociais e a exclusão acabam sendo lidos como fracassos pessoais ou falta de estrutura da família. Como o Estado deixa de ocupar seu papel de garantir direitos fundamentais e de abrir espaços de debate verdadeiro, ele passa a agir principalmente como um fiscal de comportamentos.

A família, que é o primeiro espaço onde as crianças aprendem a viver em sociedade, acaba sendo pressionada a reproduzir essas violências. O olhar repressivo dos pais, tios, avós funciona como um aviso antes da punição. Mais tarde, quando esse comportamento se manifesta na rua ou na escola, o Estado premia quem obedece e castiga quem foge à regra, usando o deboche ou a exposição pública do erro para intimidar os demais.

A explosão de violência dos jovens tem vários fatores a serem considerados que não serão discutidos aqui, mas que carecem atenção, a exemplo do aumento da negligência dos responsáveis, e da adultização promovida pelo livre acesso à redes sociais, letras de músicas e vídeos não adequados à maturidade cognitiva de cada faixa etária.

Vale notar que esse desconforto (o constrangimento) pode ser usado de outra forma na sociedade, uma forma defensiva e justificada. Preto Zezé (Alessandro Melchior), por exemplo, aponta que expor atitudes preconceituosas e gerar um incômodo público pode ser uma ferramenta pedagógica importante no combate ao racismo estrutural. A diferença crucial é o objetivo: enquanto a denúncia do racismo tenta quebrar hierarquias históricas, a Pedagogia do Constrangimento usada pelo Estado faz o oposto, utilizando o medo para proteger os privilégios das elites e evitar qualquer mudança social profunda.

Mecanismos de coação: da família à sociedade

A força da Pedagogia do Constrangimento está na sua capacidade de entrar nas frestas da

vida cotidiana. Ela não depende apenas da força física da polícia ou dos tribunais para funcionar, porque ela começa a ser desenhada dentro de casa, nas primeiras relações de socialização. O olhar que intimida é uma punição que não precisa de palavras; ele avisa que o castigo físico ou o desprezo virão se a regra for quebrada. O jovem aprende a obedecer não porque entendeu a importância ética da norma, mas porque tem medo do que vai acontecer se não fizer o que mandam. A estrutura familiar, marcada pelo patriarcado, acaba transformando as relações de afeto em ferramentas de controle.

Essa microfísica do poder, discutida por Michel Foucault (1979), mostra que o controle social funciona melhor quando é invisível e distribuído pela sociedade. O olhar que pune dentro de casa é o primeiro teste de obediência do corpo. Esse processo busca a docilização dos corpos, fazendo com que a pessoa concorde com as regras antes mesmo de pensar em contestá-las. Quando alguém passa a infância sendo educado pelo viés da intimidação, a tendência é que desenvolva uma postura submissa diante de qualquer chefe, governante ou instituição, facilitando o trabalho de dominação do Estado.

Quando esses hábitos saem do ambiente de casa e ganham as ruas, o constrangimento ganha contornos mais complexos e tecnológicos. Na vida pública atual, o controle se faz pela vigilância de todos contra todos e pela espetacularização dos erros dos outros. A sociedade passa a funcionar como o panóptico descrito por Foucault (1975), onde as pessoas se sentem vigiadas o tempo todo, mesmo sem saber de onde vem a observação. Nas cidades e, principalmente, no ambiente digital das redes sociais, o julgamento rápido da internet funciona como um tribunal moral implacável.

Estudos baseados na observação de redes sociais revelam bem como essa engrenagem funciona. O deslize ou a falha de um indivíduo são filmados, expostos e jogados no debate público para servirem de exemplo punitivo para o resto do grupo. Isso destrói qualquer possibilidade de um controle social democrático. O espaço público deixa de ser um lugar de debate sobre melhorias coletivas e vira uma arena de linchamento virtual e cobrança por comportamentos padronizados. A coação que vemos na sociedade é apenas o reflexo ampliado daquele olhar repressor da infância, hoje potencializado por algoritmos que sufocam as diferenças em nome de uma suposta ordem cívica.

Patriarcado, colonialidade e os entraves ao coletivo educador

Para entender como a Pedagogia do Constrangimento fincou raízes no Brasil, as teorias decoloniais são fundamentais. Pensadores como Walter Mignolo (2007) e Catherine Walsh (2013) explicam que a independência dos países da América Latina não acabou com o que eles chamam de colonialidade. A estrutura colonial continua operando na mente das pessoas, perpetuando a ideia de que existem corpos, saberes e culturas que valem menos. Na educação, isso gera uma prática que não quer ensinar o aluno a pensar por si, mas sim garantir que ele aceite o seu lugar de submissão.

Usar o medo e o constrangimento como métodos pedagógicos é uma forma de atualizar a violência do período colonial, que tentou calar os povos indígenas e negros. Frantz Fanon (1968) mostrava como o colonizador consegue fazer com que o próprio colonizado se sinta inferior, gerando um controle psicológico tão forte que dispensa o uso constante da força física. A Pedagogia do Constrangimento faz exatamente isso, ela faz com que o estudante ou o cidadão comum se sinta culpado pela própria exclusão, achando que o desemprego ou a falta de oportunidades são falhas de seu próprio esforço, e não frutos do racismo e da desigualdade econômica.

É por isso que a escola muitas vezes funciona como uma reprodutora dessa ferida colonial (MIGNOLO, 2007). Quando o sistema de ensino valoriza apenas os autores europeus e pune formas de expressão ligadas à oralidade, à cultura popular ou às identidades raciais, a escola se afasta da democracia. Ela vira um espaço de enquadramento cultural, onde o constrangimento com a forma de falar, de vestir ou de pensar é usado para silenciar os alunos e manter as divisões sociais intactas.

Embora os discursos oficiais e os planos de ensino falem em teorias modernas e progressistas, a prática real das escolas brasileiras ainda sofre com a herança do passado colonial e patriarcal. Nas salas de aula, a autoridade do professor ainda é muito confundida com o autoritarismo puro e simples. Ao defender que o aprendizado precisa acontecer por meio do medo ou de uma distância intransponível entre quem ensina e quem aprende, o patriarcado funciona como uma barreira que

impede a escola de virar um espaço comunitário e acolhedor.

Historicamente, o patriarcado no Brasil concentrou todo o poder nas mãos do senhor de terras, branco e chefe de família, que mandava nos corpos e nas mentes de todos ao redor. Gilberto Freyre (1933) apontou como a estrutura da casa-grande moldou o funcionamento de todas as outras instituições do país. Na educação, essa herança se reflete na imagem do professor ou diretor que se coloca como o único dono da verdade, imitando o poder daquele pai colonial. Paulo Freire (1968), na *Pedagogia do Oprimido*, detalhou esse processo:

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. (FREIRE, 1968, p. 58).

Nesse modelo rígido, se o estudante faz uma pergunta mais incômoda, isso é visto como falta de respeito. O erro, em vez de ser compreendido como parte natural da descoberta de um conteúdo, vira motivo de punição ou vergonha.

Esse tipo de postura impede a criação de um verdadeiro coletivo educador. Ser um coletivo exige horizontalidade, escuta e a percepção de que alunos, professores, funcionários e pais constroem juntos o aprendizado. Quando a palavra final nunca pode ser contestada, o diálogo morre e vira um monólogo de quem manda. O estudante, colocado nessa posição de submissão, perde a chance de aprender a ser um cidadão crítico, pois a escola acaba sendo apenas um treinamento para aceitar as opressões da vida adulta.

Além disso, essa mentalidade alimenta o que Pierre Bourdieu (1970) chama de violência simbólica, que é quando as pessoas passam a achar normal e natural as divisões e injustiças do sistema. A falta de valorização das atividades de afeto e cuidado na escola (geralmente vistas como tarefas menores ou “coisa de mulher”) e a resistência que muitos gestores têm em abrir a escola para uma participação democrática real são provas de que o sistema ainda prefere a ordem imposta de cima para baixo.

Como aponta Bell Hooks (2013), pensar a educação como prática da liberdade exige acabar com o autoritarismo na sala de aula. Ela defende que a escola deve ser uma comunidade viva, mas lembra que o racismo, o machismo e o capitalismo treinaram os professores para silenciar os alunos em nome de uma falsa sensação de controle da classe. Sem romper com essa lógica, a escola continua sendo um lugar de exclusão e silenciamentos. Os alunos explodem em violência e os professores adoecem por sobrecarga, cobrança, ausências das famílias e das condições de cidadania que dariam à educação, o amparo da segurança e do acesso de outras políticas públicas.

A escola como aparelho ideológico e a memória da ditadura militar

Nos períodos de ditadura, a função da educação fica ainda mais distorcida, perdendo qualquer compromisso com a liberdade para virar um Aparelho Ideológico de Estado, nos termos propostos por Louis Althusser (1996). Para ele, a escola nesses contextos serve essencialmente para garantir que as relações de exploração continuem funcionando sem sobressaltos: “a escola é um aparelho ideológico de Estado na medida em que ela contribui para a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1996, p. 105).

No Brasil da Ditadura Militar (1964-1985), o uso da educação como ferramenta de controle e vigilância chegou ao extremo através de práticas bem específicas. Uma delas foi a criação de disciplinas obrigatórias como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Essas matérias tinham o papel de espalhar um nacionalismo pautado no respeito cego aos símbolos da pátria, tentando moldar o pensamento dos jovens para que aceitassem as decisões do governo sem fazer barulho.

Ao mesmo tempo, houve um forte processo de censura. Matérias que provocavam o debate e a contestação, como Filosofia e Sociologia, foram retiradas dos currículos. Professores e estudantes que defendiam ideias contrárias ao governo eram espionados, demitidos ou expulsos das universidades com base no Decreto-Lei nº 477 de 1969. Muitos foram presos e torturados por suas posições políticas.

Como explica José Willington Germano (2011), o foco do governo militar era o tecnicismo. A escola foi usada como um suporte para o crescimento econômico do país, priorizando o ensino técnico e profissionalizante no antigo segundo grau. A ideia era formar rapidamente trabalhadores especializados e obedientes para o mercado de trabalho, deixando de lado uma formação humana mais ampla e questionadora.

Até mesmo as universidades sofreram intervenções pesadas. O trabalho de pesquisa e os debates acadêmicos passaram a ser vigiados de perto, e livros de autores considerados perigosos ou esquerdistas, como os de Paulo Freire, foram proibidos e retirados das salas de aula. Essa estrutura tinha o objetivo de apagar as críticas e fazer com que a população achasse o autoritarismo normal, tratando a rotina escolar como uma questão de segurança nacional. Os reflexos dessa época de censura ainda aparecem hoje em dia na forma como muitas escolas lidam com a disciplina e com as punições.

O elitismo acadêmico e intelectual mantém a estrutura de reprodução do status quo. Os programas sociais têm contribuído para expandir acessos e diminuir as desigualdades, afinal quanto maior for a desigualdade social, mais subalternizados ficam os povos da classe trabalhadora.

Conclusão

Olhar de perto para o que significa a Pedagogia do Constrangimento ajuda a enxergar as práticas autoritárias e excludentes que continuam escondidas na educação atual. Enquanto o sistema preferir o castigo, a vergonha pública e o medo em vez de investir no diálogo real, na convivência e na autonomia dos estudantes, a escola continuará distante de ser um espaço democrático. O constrangimento não ensina ninguém a ser cidadão; ele apenas ensina a silenciar e a obedecer.

Para que a sociedade possa participar de verdade das decisões políticas e exercer a cidadania de forma plena, é fundamental romper com essa herança colonial e patriarcal que dita as regras em tantas casas e escolas. A pedagogia libertadora de Paulo Freire, somada às provocações das teorias decoloniais, deixa claro que a transformação social exige o fim do medo como ferramenta pedagógica.

Assim, é preciso trocar a cultura do castigo por uma educação construída na partilha, na escuta e no respeito às diferenças, fazendo com que a cidadania seja vivida como o exercício diário da liberdade e do pensamento crítico.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1958.

BOURDIEU, Pierre. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Petrópolis: Vozes, 1970.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter. Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

WALSH, Catherine. Pedagogias Decoloniais: Práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver. Ibarra: Universidad Andina Simón Bolívar, 2013.